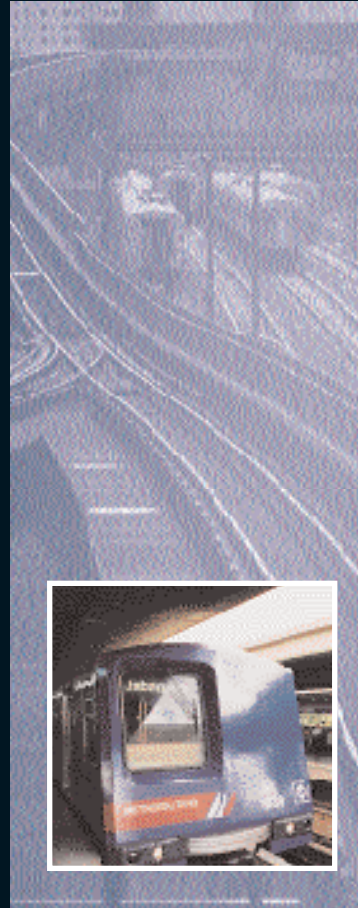
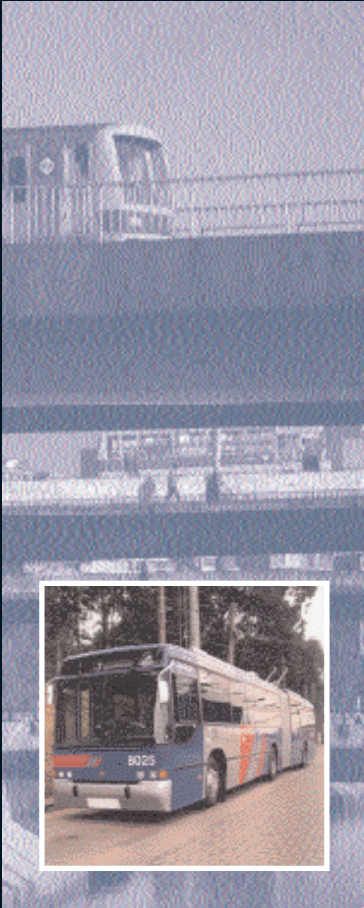


# LEGISLAÇÃO ORGANIZADA SOBRE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS



Edição Comemorativa dos  
Trinta Anos de Fundação  
1968/1998

Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ





# LEGISLAÇÃO ORGANIZADA SOBRE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS



Edição Comemorativa dos  
Trinta Anos de Fundação  
1968/1998

Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ





# **LEGISLAÇÃO ORGANIZADA** **SOBRE** **TRANSPORTE URBANO DE** **PASSAGEIROS**



**Edição Comemorativa dos  
Trinta Anos de Fundação  
1968/1998**

**Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ**



**LEGISLAÇÃO ORGANIZADA**  
**SOBRE**  
**TRANSPORTE URBANO DE**  
**PASSAGEIROS**



São Paulo, 1998

Obra publicada pela  
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ  
Rua Augusta, 1626 - Cerqueira Cesar  
CEP 01304-902 - São Paulo Brasil  
Tel: (011) 283-7411 - Fax (011) 283-5228  
Site: dispõe-se de item específico sobre esta publicação em [www.metrosp.com.br](http://www.metrosp.com.br)

*Presidente*

**Paulo Clarindo Goldschmidt**

*Diretor Administrativo*

**Ademir Venâncio de Araújo**

*Diretor de Engenharia e Construções*

**Antonio Francisco Fernandes**

*Diretor de Finanças*

**Norberto Stensen**

*Diretor de Operação*

**Paulo Celso Mano Moreira da Silva**

*Diretor de Planejamento e Expansão dos Transportes Metropolitanos*

**Caetano Jannini Netto**

*Coordenação Geral:*

**Luiz Carlos M. Moura.**

*Comissão Editorial:*

**Mario Romano Lodi, Rui Arruda Camargo,**

**José David Ravaneda, Neli Siqueira,**

**Vital dos Santos Prado.**

*Organização, Pesquisa e Edição:*

**João Carlos Zambrana, Ailton Azevedo dos**

**Santos, Ângela Zolin, Maria Aparecida De**

**Gruttola Ramires, Marco Antonio A. Gonçalves.**

*Assessoria na Edição:*

**Flávia Audra Cutolo, Aclauri de Angelo.**

*Assessoria Legal:*

**Fernanda E.L. Biasi, Lucy Peres Rodrigues.**

*Assessoria de Editoração e Revisão Jurídica:*

**Valéria Rige Dias.**

*Processamento Técnico e Indexação:*

**Maria Cândida de Assis Figueiredo,**

**Ednilson Gesseff, Léa Wanda Maurano,**

**Lígia Lemos Goes Barbosa, Lilian Barilari,**

**Maria Neusa Cardoso Caetano, Marli Fani**

**Verdinasse, Sylvania D’Affonseca Moraes.**

*Digitação dos Textos:*

**Alexandre Magalhães, Alexandre Govastki,**

**Marcos Araujo de Oliveira.**

*Projeto e Produção Gráfica:*

**PW Gráficos e Editores Associados**

*Fotolitos:*

**Bureau Bandeirante de Pré-impressão**

*Impressão:*

**Bartira Gráfica**

Impresso no Brasil

L514

Legislação organizada sobre transporte urbano de passageiros. –  
São Paulo: METRÔ, 1998.

1072p.; 17 x 24 cm.

“Edição comemorativa dos 30 anos de fundação (1968-1998)”.

1. Transportes – Brasil – Trânsito de passageiros. 2. Transportes –  
São Paulo (Estado) – Trânsito de passageiros. 3. Transporte urbano –  
Brasil – Legislação. 4. Transporte urbano – São Paulo (Estado) –  
Legislação. I. Companhia do Metropolitano de São Paulo.

CDD - 343.81098

# CONTEÚDO

- 7 APRESENTAÇÃO
- 9 NOTA EXPLICATIVA
- 11 SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO
- 37 LEGISLAÇÃO DA UNIÃO
- 287 LEGISLAÇÃO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO
- 643 LEGISLAÇÃO DO  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- 1001 ATOS DA  
COMPANHIA DO METROPOLITANO  
DE SÃO PAULO – METRÔ
- 1019 EMENTÁRIO DAS RESOLUÇÕES DO  
CONSELHO DE TRÂNSITO –  
CONTRAN, EM VIGOR
- 1029 ÍNDICE TEMÁTICO E REMISSIVO
- 1061 SIGLAS UTILIZADAS





# APRESENTAÇÃO

Compete à Companhia do Metropolitano de São Paulo sondar os horizontes do transporte de passageiros para detectar tendências e suprir necessidades.

Essa função é exercida em meio preponderantemente técnico, envolvendo captação de tecnologias e aplicação prática de conhecimentos do planejamento e da engenharia e arquitetura das construções e dos sistemas.

Entretanto, essa atividade é balizada por disposições de caráter jurídico-institucional, desde a que afirma ter o transporte coletivo caráter essencial até a que estabelece as normas de operação dos equipamentos de transporte.

O planejador do transporte tem tido dificuldade em localizar e concatenar todo esse instrumental em que deve se apoiar para proposição de seus projetos, eis que se aplicam, freqüentemente, dispositivos das três esferas de governo e da mais variada natureza: leis, decretos, portarias, resoluções, dentre outros.

Surgiu então entre os especialistas em transporte, tanto das áreas jurídicas como das áreas técnicas, a idéia de reunir em um único compêndio a legislação pertinente, de forma a facilitar a consulta e a aplicação, inclusive por meio informatizado.

Este é o propósito desta publicação, a ser periodicamente atualizada com base no trabalho contínuo da equipe e nas observações que espera-se receber dos leitores, para apoio rápido e seguro aos especialistas em transporte.

**Caetano Jannini Netto**

Diretor de Planejamento e Expansão dos Transportes Metropolitanos



# NOTA EXPLICATIVA

Este livro – trabalho coletivo editado pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ – constitui-se numa compilação de textos legais, delimitada no tempo e selecionada a partir de uma certa abrangência temática.

Essa abrangência temática é fruto das peculiaridades que marcam a modalidade metroviária de transporte, empreendimento de vulto em cuja consecução se inter-relacionam necessariamente questões societárias, administrativas e urbanas, dentre outras. De sua localização no centro da maior Região Metropolitana do Brasil, onde a iniciativa privada e todos os entes federativos compartilham responsabilidades no setor de transportes públicos de passageiros, decorre também a amplitude da matéria compilada.

O sistema metroviário aspira a funcionar como um servo da política global da comunidade, ao atender as grandes massas de usuários que desejam obter deslocamentos rápidos, confortáveis e seguros na metrópole paulistana. Por isso mesmo, o acompanhamento das mudanças na esfera legal, incluindo o das intervenções urbanísticas no sítio onde se instala, passa a ser relevante para a prestação do serviço de transporte de qualidade pelo METRÔ.

Já a delimitação no tempo tem origem num marco institucional singelo, mas não menos significativo para nós – a data de fundação da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, em 24 de abril de 1968. Assim, a legislação foi selecionada, dentro do âmbito temático, ao longo desses últimos 30 anos, com exceção para o Decreto Legislativo Federal n. 2.681, de 7 de dezembro de 1912, tendo em vista o seu caráter inaugural para o ordenamento jurídico das estradas de ferro no Brasil, e onde as relações obrigacionais do mundo dos transportes ainda deitam suas raízes. O período de coleta dos textos foi finalizado em 31 de dezembro de 1997, o que não significa, todavia, que as alterações mais importantes ocorridas a posteriori não tenham sido levadas em conta, até o fechamento da edição.

Numa primeira fase, aproximadamente 550 (quinhentas e cinquenta) normas foram selecionadas, sendo posterior e sucessivamente depuradas, com exclusão das revogadas ou extintas, ou das que representavam atos administrativos efêmeros, restando as 375 (trezentas e setenta e cinco) publicadas neste volume. Foram mantidas, mesmo quando revogadas, aquelas que se revestem de interesse histórico para o METRÔ. As anotações efetuadas foram estampadas ao longo do texto, fazendo remissões entre normas, com indicação da página quando constantes do livro. Simultaneamente, foi elaborado um Índice Temático e Remissivo que certamente será de grande valia na consulta e pesquisa, a partir de algumas referências sobre o assunto que se deseja tratar.

Da presente publicação será produzida uma versão em CD-ROM, utilizando o aplicativo FOLIO, formulado com recursos de hipertexto, com paginação referenciada, abrindo janelas para as notas, remissões e siglas contidas no livro, permitindo amplas pesquisas, através da utilização dos meios próprios do software adotado, podendo seu conteúdo vir a ser disponibilizado para o acesso via Internet.

Por fim, agradecemos aos órgãos e entidades públicos e às empresas que gentilmente colaboraram, prestando as informações solicitadas: DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito, STM – Secretaria dos Transportes Metropolitanos, DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito, SMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado, CETESB – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental, SMT – Secretaria Municipal dos Transportes, SSO – Secretaria de Serviços e Obras do Município, SAR – Secretaria das Administrações Regionais, SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, SEHAB – Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (PROCENTRO), PGM – Procuradoria-Geral do Município, ATL – Assessoria Técnica Legislativa do Município, SPTrans – São Paulo Transportes S/A., EMURB – Empresa Municipal de Urbanização e SETEPLA TECNOMETAL Engenharia Ltda. Em especial, agradecemos à Editora LEX, cujas coleções de legislação foram de grande valia, na pesquisa para organização dos textos.

A Comissão Editorial



# **SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO**

**LEGISLAÇÃO DA UNIÃO**

**LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**ATOS DA COMPANHIA DO METROPOLITANO  
DE SÃO PAULO - METRÔ**



**SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO DA UNIÃO**

- 38 **Decreto Legislativo n. 2.681, de 7 de dezembro de 1912**  
Regula a responsabilidade civil das estradas de ferro.
- 40 **Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973**  
Estabelece as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.
- 42 **Lei n. 5.970, de 11 de dezembro de 1973**  
Exclui da aplicação do disposto nos artigos 6º, inciso I, 64 e 169, do Código de Processo Penal, os casos de acidentes de trânsito, e dá outras providências.
- 43 **Lei n. 6.149, de 2 de dezembro de 1974**  
Dispõe sobre a segurança do transporte metroviário, e dá outras providências.
- 44 **Lei n. 6.256, de 22 de outubro de 1975**  
Cria o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências.
- 45 **Lei Complementar n. 27, de 3 de novembro de 1975**  
Altera a redação do artigo 2º da Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973, que estabelece regiões metropolitanas.
- 45 **Lei n. 6.261, de 14 de novembro de 1975**  
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Transportes Urbanos, autoriza a criação da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, e dá outras providências.
- 49 **Decreto n. 77.406, de 12 de abril de 1976**  
Cria a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, aprova seu Estatuto, e dá outras providências.
- 57 **Resolução CPA n. 3.075, de 26 de dezembro de 1977**  
Declara isentas do imposto as importações de implementos para implantação, operação e manutenção do sistema metroviário.
- 57 **Decreto n. 83.355, de 20 de abril de 1979**  
Cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências.
- 59 **Decreto n. 84.049, de 3 de outubro de 1979**  
Altera dispositivo do Decreto n. 83.355, de 30 de abril de 1979, que criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.
- 60 **Decreto n. 85.762, de 25 de fevereiro de 1981**  
Altera dispositivo do Decreto n. 83.355, de 20 de abril de 1979, que criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.
- 60 **Decreto n. 85.916, de 15 de abril de 1981**  
Dispõe sobre as atividades da Administração Pública Federal nas Regiões Metropolitanas, e dá outras providências.
- 62 **Portaria DENATRAN n. 6, de 11 de dezembro de 1984**  
Dispõe sobre a implantação do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAN.
- 63 **Lei n. 7.418, de 16 de dezembro de 1985**  
Institui o Vale-Transporte, e dá outras providências.
- 64 **Decreto n. 92.180, de 19 de dezembro de 1985**  
Regulamenta a Lei n. 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que cria o Vale-Transporte.
- 70 **Lei n. 7.619, de 30 de setembro de 1987**  
Altera dispositivos da Lei n. 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte.

- 71 **Decreto n. 95.247, de 17 de novembro de 1987**  
Regulamenta a Lei n. 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, com a alteração da Lei n. 7.619, de 30 de setembro de 1987.
- 76 **Decreto n. 96.856, de 28 de setembro de 1988**  
Atribui ao Departamento Nacional de Trânsito, do Ministério da Justiça autonomia administrativa e financeira limitada, cria o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito, e dá outras providências.
- 77 **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**  
Excertos das disposições relativas a Transportes Urbanos de Passageiros.
- 78 **Norma CA/DNER n. 226, de 20 de dezembro de 1989**  
Disciplina a descentralização da execução de atividades a cargo do DNER, através de convênios.
- 88 **Norma Complementar DNER n. 255, de 22 de dezembro de 1989, do DNER**  
Complementa a NC-147/Dr.TP, acrescentando ou adaptando artigos específicos aos ônibus de dois andares.
- 89 **Decreto de 6 de junho de 1991**  
Cria Comissão Especial para elaborar anteprojeto do novo Código Nacional de Trânsito.
- 89 **Portaria MJ n. 330, de 7 de julho de 1992**  
Determina a publicação do Anteprojeto de Lei do Código Brasileiro de Trânsito, e fixa prazo de 30 dias para recebimento de sugestões pelo Ministério da Justiça.
- 90 **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993**  
Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências.
- 127 **Lei n. 8.693, de 3 de agosto de 1993**  
Dispõe sobre a descentralização dos serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros urbano e suburbano, da União para os Estados e Municípios, e dá outras providências.
- 129 **Decreto de 31 de agosto de 1993**  
Cria, no âmbito do Ministério dos Transportes, o Conselho Nacional de Transportes Urbanos – CNTU, e dá outras providências.
- 130 **Decreto de 21 de setembro de 1993**  
Dispõe sobre o Programa Nacional de Racionalização da Produção e do Uso de Energia, e dá outras providências.
- 131 **Portaria MT n. 896, de 22 de outubro de 1993**  
Regulamenta o disposto no artigo 4º do Decreto de 31 de agosto de 1993, que criou o Conselho Nacional de Transportes Urbanos – CNTU, e dá outras providências.
- 133 **Medida Provisória n. 388, de 16 de dezembro de 1993**  
Altera dispositivos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências.
- 135 **Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**  
Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- 144 **Portaria MT n. 163, de 18 de abril de 1995**  
Altera o inciso I, do artigo 1º, da Portaria Ministerial n. 896, de 22 de outubro de 1993.
- 144 **Resolução CONTRAN n. 795, de 16 de maio de 1995**  
Barreira Eletrônica – definição, autorização, instalação e homologação.

- 145 **Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995**  
Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, e dá outras providências.
- 153 **Portaria MT n. 431, de 24 de outubro de 1995**  
Altera a composição do Conselho Nacional de Transportes Urbanos – CNTU.
- 153 **Portaria MT n. 437, de 26 de outubro de 1995**  
Regulamenta o procedimento relativo à revisão de tarifas públicas ou a instituição de quaisquer gravames que venham aumentar os custos públicos.
- 154 **Decreto n. 1.787, de 12 de janeiro de 1996**  
Dispõe sobre a utilização de gás natural para fins automotivos, e dá outras providências.
- 155 **Decreto n. 1.832, de 4 de março de 1996**  
Aprova o Regulamento dos Transportes Ferroviários.
- 162 **Portaria MJ n. 410, de 27 de junho de 1996**  
Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- 165 **Decreto n. 1.945, de 28 de junho de 1996**  
Dispõe sobre a Comissão Federal de Transportes Ferroviários – COFER, e dá outras providências.
- 166 **Resolução CONTRAN n. 812, de 3 de setembro de 1996**  
Dispõe sobre as regras prescritivas relativas às infrações de trânsito e à reabilitação dos infratores.
- 169 **Portaria MT n. 368, de 11 de setembro de 1996**  
Estabelece os Convênios de Delegação que poderão ser firmados, com a interveniência do DNER, pela União, com os Municípios, Estados e Distrito Federal, ou Consórcio entre eles, para a administração de rodovias e a exploração de trechos de rodovias, ou obras rodoviárias federais.
- 171 **Resolução CONTRAN n. 820, de 8 de outubro de 1996**  
Radar portátil avaliador de velocidade – definição, homologação, requisitos técnicos e operação.
- 172 **Resolução CONTRAN n. 828, de 18 de fevereiro de 1997**  
Dá nova redação ao artigo 104 da Resolução n. 734, de 31 de julho de 1989, para disciplinar o registro da expressão Não-Doador de Órgãos e Tecidos, e dá outras providências.
- 173 **Resolução CONTRAN n. 836, de 24 de junho de 1997**  
Dispõe sobre a gravação, em caráter opcional, dos caracteres alfanuméricos da placa de identificação, nos vidros do veículo.
- 174 **Decreto n. 2.295, de 4 de agosto de 1997**  
Regulamenta o disposto no artigo 24, inciso IX, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.
- 174 **Medida Provisória n. 1.531-9, de 21 de agosto de 1997**  
Dá nova redação aos artigos 24, 26, 57 e 120 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao artigo 15 da Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

- 176 **Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997**  
Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- 285 **Decreto n. 2.327, de 23 de setembro de 1997**  
Dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, composição do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, e dá outras providências.

## SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 288 **Decreto-lei Complementar n. 7, de 6 de novembro de 1969**  
Dispõe sobre entidades descentralizadas.
- 293 **Lei Complementar n. 94, de 29 de maio de 1974**  
Dispõe sobre a Região Metropolitana da Grande São Paulo.
- 298 **Decreto n. 7.116, de 25 de novembro de 1975**  
Altera dispositivos das Normas e Diretrizes para os Serviços de Transportes Coletivos Intermunicipais de Passageiros.
- 298 **Portaria SUP/DER n. 144, de 26 de novembro de 1975**  
Autoriza a celebração de convênios visando à integração física e tarifária dos sistemas de transportes.
- 299 **Deliberação CODEGRAN n. 5 de 5 de julho de 1976**  
Define etapas e parcelas dos serviços comuns de interesse metropolitano.
- 300 **Lei Complementar n. 144, de 22 de setembro de 1976**  
Dá nova redação ao § 1º do artigo 7º, ao artigo 8º mantido seu parágrafo único, ao artigo 10 e seus incisos e parágrafos, ao artigo 13, ao *caput* do artigo 22 e ao seu § 2º, todos da Lei Complementar n. 94, de 29 de maio de 1974, e acrescenta novas disposições à mesma Lei.
- 302 **Lei n. 1.481, de 1º de dezembro de 1977**  
Dispõe sobre a fiscalização financeira das entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado.
- 302 **Lei n. 1.489, de 12 de dezembro de 1977**  
Dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária do Estado.
- 303 **Lei n. 1.492, de 13 de dezembro de 1977**  
Estabelece o Sistema Metropolitano de Transportes Urbanos, autoriza a criação da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos S/A. – EMTU/SP, e dá outras providências.
- 307 **Decreto n. 10.951, de 13 de dezembro de 1977**  
Reorganiza a Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos, dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Administração Metropolitana, e dá providências correlatas.
- 336 **Decreto n. 11.835, de 3 de julho de 1978**  
Dá nova redação ao artigo 95 do Decreto n. 10.951, de 13 de dezembro de 1977.
- 337 **Lei n. 2.062, de 20 de julho de 1979**  
Autoriza o Poder Executivo a prestar garantia do Tesouro do Estado em favor da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, e dá outras providências.
- 337 **Decreto n. 14.018, de 27 de setembro de 1979**  
Regula a contratação de novos serviços técnicos, projetos e outros.

- 338 **Decreto n. 14.692, de 24 de janeiro de 1980**  
Dispõe sobre operações imobiliárias de que participem órgãos da Administração Centralizada ou entidades da Administração Descentralizada.
- 338 **Lei n. 2.374, de 27 de junho de 1980**  
Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenções econômicas à Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.
- 339 **Decreto n. 15.319, de 7 de julho de 1980**  
Dispõe sobre medidas necessárias à incorporação de empresas do Estado.
- 339 **Decreto n. 15.451, de 30 de julho de 1980**  
Dispõe sobre a execução de serviços referentes ao sistema de transportes públicos e sistema viário de interesse metropolitano, na Região Metropolitana da Grande São Paulo.
- 341 **Resolução SNM n. 82, de 18 de setembro de 1980**  
Aprova Normas para Licitação de Serviços de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros na RMSP.
- 346 **Resolução SNM n. 114, de 8 de dezembro de 1980**  
Delega atribuições e competências para a Coordenação da Operação dos Transportes Intermunicipais por ônibus e microônibus na Região Metropolitana de São Paulo.
- 347 **Decreto n. 19.835, de 29 de outubro de 1982**  
Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros, de interesse metropolitano, sob o regime de fretamento.
- 353 **Instrução SNM n. 3, de 7 de março de 1983**  
Instruções sobre o modo e forma de se proceder ao registro de empresas ou entidades para operação de Serviços Metropolitanos de Transporte Coletivo por Fretamento.
- 355 **Decreto n. 20.846, de 11 de março de 1983**  
Dispõe sobre a execução dos serviços metropolitanos de transporte regular.
- 356 **Decreto n. 20.876, de 23 de março de 1983**  
Dispõe sobre a execução dos serviços metropolitanos de transporte regular.
- 357 **Resolução SNM n. 59, de 17 de maio de 1983**  
Constitui a Comissão Técnica Permanente com a incumbência de opinar sobre assuntos relativos aos serviços de transporte coletivo de interesse metropolitano sob o regime de fretamento.
- 357 **Decreto n. 21.177, de 18 de agosto de 1983**  
Institui o Programa Trolebus no Estado de São Paulo, cria o Grupo Executivo do Programa, e dá providências correlatas.
- 359 **Lei n. 3.865, de 19 de outubro de 1983**  
Dispõe sobre requisitos a serem obedecidos pelos veículos de carga, quando utilizados no transporte de passageiros.
- 359 **Resolução SNM n. 33, de 28 de fevereiro de 1985**  
Autoriza as empresas operadoras a conceder transporte gratuito aos policiais militares fardados.
- 360 **Resolução SNM n. 182, de 31 de outubro de 1985**  
Autoriza a Companhia do METRÔ a conceder, em suas linhas, transporte gratuito às pessoas com 65 ou mais anos de idade.
- 360 **Lei n. 4.953, de 27 de dezembro de 1985**  
Proíbe a instalação de dispositivos no interior dos ônibus intermunicipais que prejudiquem a segurança, o conforto e o livre acesso dos seus usuários.

- 360 **Decreto n. 24.675, de 30 de janeiro de 1986**  
Regulamenta os serviços metropolitanos de transporte coletivo regular de passageiros, por ônibus, na Região Metropolitana de São Paulo, e dá outras providências.
- 375 **Resolução SNM n. 28, de 11 de março de 1986**  
Determina à Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, a implantação do Vale-Transporte.
- 375 **Decreto n. 24.998, de 16 de abril de 1986**  
Cria a Comissão de Tarifas dos Transportes junto à Secretaria dos Transportes.
- 377 **Lei n. 5.298, de 12 de setembro de 1986**  
Estabelece que a construção de terminais rodoviários ou estações rodoviárias por órgãos do Governo Estadual deverá, preferencialmente, efetivar-se em áreas localizadas nas proximidades de estações ferroviárias.
- 377 **Decreto n. 27.411, de 24 de setembro de 1987**  
Dispõe sobre a reconstituição da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A. – EMTU/SP.
- 378 **Decreto n. 27.436, de 7 de outubro de 1987**  
Altera a redação, introduz e suprime dispositivos no Decreto n. 24.675, de 30 de janeiro de 1986.
- 381 **Resolução SNM n. 150, de 8 de outubro de 1987**  
Autoriza a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, a isentar do pagamento de passagem os integrantes da guarda civil metropolitana, quando uniformizados.
- 382 **Resolução SNM n. 151, de 14 de outubro de 1987**  
Estabelece normas complementares relativas à coleta de dados referente à execução de serviços metropolitanos de transporte coletivo regular de passageiros, por ônibus, na Região Metropolitana de São Paulo.
- 383 **Lei n. 5.869, de 28 de outubro de 1987**  
Obriga as empresas permissionárias, que especifica, a permitir a entrada de deficientes físicos pela porta dianteira dos coletivos.
- 383 **Resolução SNM n. 166, de 24 de novembro de 1987**  
Adota o Vale-Transporte de caráter obrigatório para os empregadores, nos serviços metropolitanos de transporte coletivo regular de passageiros na RMSP.
- 384 **Lei n. 5.989, de 30 de dezembro de 1987**  
Dá denominação ao Terminal Rodoviário do Tietê, situado na Capital de São Paulo.
- 384 **Resolução SNM n. 8, de 11 de janeiro de 1988**  
Obriga as empresas operadoras de ônibus a aceitarem os Vales-Transporte emitidos pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.
- 386 **Decreto n. 28.478, de 3 de junho de 1988**  
Dá nova redação ao artigo 18 do Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros, de interesse metropolitano, sob o Regime de Fretamento, aprovado pelo Decreto n. 19.835, de 29 de outubro de 1982.
- 387 **Resolução SNM n. 107, de 10 de junho de 1988**  
Disciplina o uso do Vale-Transporte nas linhas metropolitanas de transporte coletivo regular, por ônibus, na RMSP.
- 389 **Lei n. 6.248, de 13 de dezembro de 1988**  
Institui Auxílio-Transporte nas condições que especifica, e dá providências correlatas.
- 390 **Decreto n. 29.355, de 14 de dezembro de 1988**  
Altera a organização dos Serviços da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas.

- 394 **Decreto n. 29.912, de 12 de maio de 1989**  
Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Serviço Intermunicipal de Transporte Coletivo de Passageiros sob Fretamento.
- 404 **Decreto n. 29.913, de 12 de maio de 1989**  
Aprova o Regulamento dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (serviço regular).
- 435 **Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989**  
Excertos das disposições relativas a Transportes Urbanos de Passageiros.
- 437 **Decreto n. 30.595, de 13 de outubro de 1989**  
Regulamenta a Lei n. 6.248, de 13 de dezembro de 1988, que institui o Vale-Transporte.
- 439 **Lei n. 6.544, de 22 de novembro de 1989**  
Dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica.
- 460 **Decreto n. 30.945, de 12 de dezembro de 1989**  
Altera a redação do artigo 81 do Regulamento dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (serviço regular), aprovado pelo Decreto n. 29.913, de 12 de maio de 1989.
- 460 **Decreto n. 31.001, de 20 de dezembro de 1989**  
Acrescenta dispositivo ao Decreto n. 30.595, de 13 de outubro de 1989.
- 461 **Decreto n. 31.104, de 27 de dezembro de 1989**  
Altera a redação de dispositivos do Regulamento dos Serviços Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (serviço regular), aprovado pelo Decreto n. 29.913, de 12 de maio de 1989.
- 461 **Decreto n. 31.105, de 27 de dezembro de 1989**  
Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Serviço Intermunicipal de Transporte Coletivo de Passageiros, sob fretamento, aprovado pelo Decreto n. 29.912, de 22 de maio de 1989.
- 462 **Decreto n. 32.144, de 14 de agosto de 1990**  
Autoriza os Secretários da Habitação e Desenvolvimento Urbano e dos Transportes expedirem Resoluções permitindo às empresas que especifica concederem em suas linhas, transporte aos trabalhadores desempregados.
- 463 **Decreto n. 32.550, de 7 de novembro de 1990**  
Altera a redação de dispositivo do Regulamento do Serviço Intermunicipal de Transporte Coletivo de Passageiros, sob fretamento, aprovado pelo Decreto n. 29.912, de 12 de maio de 1989.
- 464 **Portaria SUP/DER n. 10, de 14 de fevereiro de 1991**  
Dispõe sobre preço da passagem do serviço intermunicipal de transporte coletivo interferente com linha municipal ou metropolitana, e dá outras providências.
- 465 **Decreto n. 33.064, de 13 de março de 1991**  
Dispõe sobre o pagamento do Vale-Transporte aos servidores estaduais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- 466 **Decreto n. 33.130, de 15 de março de 1991**  
Altera a denominação da Secretaria de Economia e Planejamento, e dá outras providências.
- 467 **Decreto n. 33.135, de 15 de março de 1991**  
Dispõe sobre as atividades relativas a controle e proteção de mananciais, e dá outras providências.

- 468 **Decreto n. 33.138, de 15 de março de 1991**  
Altera a denominação da Secretaria dos Transportes.
- 468 **Decreto n. 33.145, de 20 de março de 1991**  
Dispõe sobre as atividades previstas no Decreto n. 24.675, de 30 de janeiro de 1986, e dá outras providências.
- 469 **Comunicado da Assessoria Técnico-Legislativa, de 10 de abril de 1991**  
Veicula a suspensão pelo STF da vigência do artigo 190 da Constituição do Estado de São Paulo e do artigo 41 de suas disposições transitórias, até julgamento final de ações diretas de inconstitucionalidade.
- 469 **Lei n. 7.450, de 16 de julho de 1991**  
Cria a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, e dá providências correlatas.
- 473 **Decreto n. 33.619, de 13 de agosto de 1991**  
Dispõe sobre a Classificação Institucional da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.
- 473 **Decreto n. 34.184, de 18 de novembro de 1991**  
Organiza a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos
- 493 **Lei Complementar n. 666, de 26 de novembro de 1991**  
Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de tarifas de transporte às pessoas portadoras de deficiência, e dá outras providências.
- 493 **Decreto n. 34.528, de 30 de dezembro de 1991**  
Altera a redação do artigo 2º, do Decreto n. 33.619, de 13 de agosto de 1991, que dispõe sobre a Classificação Institucional da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.
- 494 **Resolução STM n. 55, de 4 de fevereiro de 1992**  
Disciplina as atividades realizadas pela STM e pela EMTU/SP, relativas à fiscalização do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo, por ônibus.
- 497 **Resolução STM n. 75, de 24 de março de 1992**  
Disciplina as atividades realizadas pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitana – STM e pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU, relativas ao planejamento, acompanhamento e controle operacionais do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo por ônibus.
- 500 **Decreto n. 34.753, de 1º de abril de 1992**  
Regulamenta a Lei Complementar n. 666, de 26 de novembro de 1991, que concede isenção de pagamento de tarifas de transporte coletivo urbano, e dá providências correlatas.
- 501 **Resolução STM n. 87 de 11 de abril de 1992**  
Cria junto ao Gabinete do Secretário da STM a Assessoria Especial de Privatização e Concessão de Serviços e Obras Públicas.
- 502 **Resolução STM n. 88, de 15 de abril de 1992**  
Disciplina as atividades das Comissões de Transporte Coletivo Regular e de Fretamento Metropolitano.
- 503 **Resolução STM n. 89, de 15 de abril de 1992**  
Estabelece normas para o registro cadastral das empresas interessadas na execução dos serviços de transporte coletivo regular de passageiros, por ônibus, na Região Metropolitana de São Paulo.
- 505 **Resolução STM n. 98, de 7 de maio de 1992**  
Disciplina as atividades realizadas pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM e pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A. – EMTU, relativas ao planejamento, acompanhamento e controle tarifário, econômico e financeiro do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo por ônibus.

- 507 Lei n. 7.835, de 8 de maio de 1992**  
Dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos, e dá providências correlatas.
- 514 Lei n. 7.857, de 22 de maio de 1992**  
Dispõe sobre a publicação, no Diário Oficial do Estado, da relação das compras, bem como das obras e serviços contratados pelos órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado.
- 515 Lei n. 7.861, de 28 de maio de 1992**  
Autoriza o Poder Executivo a constituir a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, e dá outras providências.
- 517 Resolução STM n. 101, de 28 de maio de 1992**  
Disciplina as medidas administrativas e operacionais necessárias à implantação da isenção do pagamento de tarifas de transporte coletivo urbano, de âmbito metropolitano, sob responsabilidade do Estado, concedida às pessoas portadoras de deficiência.
- 519 Resolução STM n. 103, de 29 de maio de 1992**  
Atribui à EMTU/SP a emissão e comercialização do Vale-Transporte.
- 520 Resolução STM n. 141, de 16 de setembro de 1992**  
Institui e disciplina o ressarcimento à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A. – EMTU/SP das despesas com os serviços de gerenciamento prestados às empresas de transporte coletivo na Região Metropolitana de São Paulo, e estabelece os valores de referência.
- 522 Decreto n. 36.059, de 13 de novembro de 1992**  
Delega competência ao Secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos para os fins que especifica.
- 523 Decreto n. 36.068, de 17 de novembro de 1992**  
Cria a Assessoria Especial de Privatização e Projetos Prioritários de Governo, e dá providências correlatas.
- 524 Resolução STM n. 162, de 26 de novembro de 1992**  
Autoriza a abertura de licitação, na modalidade de concorrência, destinada à implantação e operação, mediante contrato de concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros por Ônibus, inclusive a execução das obras de infra-estrutura viária, de 6 corredores metropolitanos de ônibus.
- 526 Decreto n. 36.450, de 14 de janeiro de 1993**  
Dispõe sobre a realização de despesas com contratos de serviços e de obras, e compras, no âmbito da administração direta, autarquias, fundações e empresas públicas do Estado.
- 527 Resolução STM n. 200, de 4 de março de 1993**  
Disciplina a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, por ônibus, aos maiores de sessenta e cinco anos, nas linhas metropolitanas de característica comum.
- 527 Decreto n. 36.667, de 20 de abril de 1993**  
Institui Comissão Especial para coordenação e agilização do Programa Integrado de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de São Paulo, e dá providências correlatas.
- 529 Decreto n. 36.797, de 21 de maio de 1993**  
Autoriza a Secretaria dos Transportes Metropolitanos a realizar licitações e contratações para obras que especifica.
- 529 Decreto n. 37.021, de 7 de julho de 1993**  
Dispõe sobre a contratação dos serviços de publicidade de interesse da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.

- 530 **Resolução STM n. 247, de 21 de julho de 1993**  
Institui a carteira do passe escolar metropolitano.
- 532 **Decreto n. 38.352, de 26 de janeiro de 1994**  
Altera a redação do artigo 21-A, do Decreto n. 24.675, de 30 de janeiro de 1986, incluído pelo Decreto n. 27.436, de 7 de outubro de 1987.
- 532 **Decreto n. 38.419, de 7 de março de 1994**  
Autoriza a Fazenda do Estado a receber, por doação da União, ações do capital social da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, e dá outras providências.
- 533 **Resolução STM n. 340, de 17 de março de 1994**  
Institui e disciplina o ressarcimento à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A. – EMTU/SP das despesas com os serviços de gerenciamento prestados às empresas de transporte coletivo na Região Metropolitana de São Paulo, e estabelece os valores de referência.
- 535 **Decreto n. 39.635, de 6 de dezembro de 1994**  
Autoriza a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos a celebrar convênios com municípios da Região Metropolitana de São Paulo, para os fins que especifica.
- 543 **Convênio de 25 de outubro de 1994 entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, e o Município de São Paulo por intermédio da Secretaria Municipal de Transportes – SMT**  
Constitui a Comissão Regional de Planejamento de Transportes – CRPT para compatibilização dos planos, projetos e programas regionais de transportes públicos.
- 547 **Resolução STM n. 402, de 20 de dezembro de 1994**  
Dispõe sobre normas de padronização de bilhetes utilizados no Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo.
- 549 **Resolução STM n. 403, de 29 de dezembro de 1994**  
Reserva assentos preferenciais nos ônibus que operam linhas de transporte coletivo regular de passageiros comuns e seletivas às gestantes, pessoas portando crianças de colo, idosos ou portadores de deficiência física.
- 549 **Decreto n. 39.895, de 1º de janeiro de 1995**  
Transfere os Conselhos que especifica, altera a vinculação da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A. – EMPLASA, e dá providências correlatas.
- 550 **Decreto n. 39.906, de 2 de janeiro de 1995**  
Determina a revisão de obras e serviços já contratados.
- 551 **Decreto n. 39.922, de 18 de janeiro de 1995**  
Dá nova redação a dispositivo do Decreto n. 33.619, de 13 de agosto de 1991, que dispõe sobre a Classificação Institucional da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.
- 552 **Resolução STM n. 406, de 20 de janeiro de 1995**  
Disciplina o registro na STM de empresas e entidades para a execução de fretamento particular com veículo próprio previsto no artigo 6º do Decreto n. 19.835, de 29 de outubro de 1982, alterado pelos Decretos n. 28.478, de 3 de junho de 1988 e n. 36.963, de 23 de junho de 1993.
- 553 **Lei n. 9.076, de 2 de fevereiro de 1995**  
Dispõe sobre o controle das quantidades de serviços nos contratos que especifica.
- 554 **Resolução STM n. 409, de 10 de fevereiro de 1995**  
Cria o Programa de Otimização de Recursos, no âmbito das Secretarias dos Transportes e dos Transportes Metropolitanos, e das empresas e elas vinculadas.

- 555 **Lei n. 9.079, de 17 de fevereiro de 1995**  
Institui a gratuidade do transporte nos dias de campanha de vacinação.
- 556 **Lei n. 9.086, de 3 de março de 1995**  
Determina aos órgãos da Administração Direta e Indireta a adequação de seus projetos, edificações, instalações e mobiliário ao uso de pessoas portadores de deficiências.
- 556 **Decreto n. 39.980, de 3 de março de 1995**  
Institui o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado, e dá providências correlatas.
- 561 **Decreto n. 40.000, de 16 de março de 1995**  
Institui o Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infra-Estrutura, e dá providências correlatas.
- 562 **Decreto n. 40.043, de 7 de abril de 1995**  
Dispõe sobre a reavaliação dos contratos de obras e de serviços.
- 563 **Decreto n. 40.065, de 27 de abril de 1995**  
Suspende, temporariamente, a alienação de imóveis, no âmbito da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.
- 564 **Lei n. 9.166, de 18 de maio de 1995**  
Dispõe sobre a divulgação de planilha de custos de tarifa de transporte coletivo intermunicipal.
- 564 **Lei n. 9.170, de 18 de maio de 1995**  
Dispõe sobre a criação do Conselho de Transporte da Região Metropolitana de São Paulo – CTM.
- 566 **Decreto n. 40.097, de 24 de maio de 1995**  
Altera a denominação da Corregedoria Administrativa do Estado, aprova a nova redação do seu Regimento Interno, e dá providências correlatas.
- 568 **Decreto n. 40.100, de 24 de maio de 1995**  
Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto n. 40.065, de 27 de abril de 1995.
- 568 **Decreto n. 40.116, de 30 de maio de 1995**  
Institui o Programa Qualidade de Vida, e dá providências correlatas.
- 570 **Decreto n. 40.164, de 29 de junho de 1995**  
Institui Comissão Especial para Implementação do Programa Integrado de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de São Paulo, e dá outras providências.
- 572 **Resolução STM n. 425, de 5 de julho de 1995**  
Estabelece normas de emissão de documento anexo ao Contrato de Concessão e do Termo de Permissão dos Serviços de Transportes sob jurisdição metropolitana.
- 573 **Decreto n. 40.399, de 24 de outubro de 1995**  
Cria o sistema mídia eletrônica destinado à divulgação da íntegra de editais de licitações, contratos e concursos públicos.
- 574 **Resolução STM n. 435, de 7 de dezembro de 1995**  
Disciplina a retirada de circulação e lacração de veículo por constatação de estado inadequado de funcionamento.
- 586 **Decreto n. 40.536, de 12 de dezembro de 1995**  
Institui o Programa Permanente da Qualidade e Produtividade no Serviço Público, e dá providências correlatas.
- 590 **Decreto n. 40.538, de 12 de dezembro de 1995**  
Dispõe sobre a constituição de Comissão para elaboração do anteprojeto de lei que institui o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

- 591 Resolução STM n. 437, de 14 de dezembro de 1995**  
Atualiza os valores da Resolução STM n. 340, de 17 de março de 1994, relativos aos serviços de gerenciamento com fretamento.
- 592 Resolução STM n. 438, de 20 de dezembro de 1995**  
Determina às empresas vinculadas à STM que reduzam significativamente a locação de imóveis pertencentes a terceiros.
- 593 Resolução STM n. 444, de 5 de março de 1996**  
Constitui junto ao Gabinete do Secretário, o Conselho Consultivo do Sistema Metropolitano de Transporte Público de Passageiros.
- 594 Decreto n. 40.700, de 6 de março de 1996**  
Cria o Programa Operativo de Controle da Poluição do Sistema de Transportes do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
- 596 Decreto n. 40.705, de 7 de março de 1996**  
Dispõe sobre o Programa da Reforma Institucional do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
- 599 Resolução STM n. 447, de 14 de março de 1996**  
Institui o Programa de Integração, Ação e Unidade Metropolitana, e dá outras providências.
- 601 Resolução STM n. 448, de 14 de março de 1996**  
Institui, junto ao Gabinete do Secretário, a Unidade Técnica de Mercado do Programa Integrado de Comunicação da Secretaria dos Transportes Metropolitanos e das Empresas vinculadas.
- 602 Decreto n. 40.722, de 20 de março de 1996**  
Dispõe sobre a exigência de autorização do Governador do Estado previamente à celebração de convênios no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica, e sobre a instrução dos processos respectivos.
- 605 Resolução STM n. 450, de 15 de abril de 1996**  
Regulamenta a entrada e circulação dos passageiros nos ônibus urbanos metropolitanos.
- 607 Decreto n. 40.781, de 18 de abril de 1996**  
Aprova o Regulamento da Concessão do serviço de transporte coletivo intermunicipal por ônibus e trolebus no Corredor Metropolitano São Mateus/Jabaquara.
- 613 Lei n. 9.358, de 13 de junho de 1996**  
Autoriza o Poder Executivo a implantar Programa de Restrição à Circulação de Veículos Automotores na Região Metropolitana de São Paulo.
- 614 Resolução STM n. 465, de 13 de junho de 1996**  
Atualiza o valor mensal por ônibus cadastrado a ser cobrado pela EMTU/SP, pelo serviço de gerenciamento relativo à modalidade regular do transporte metropolitano de passageiros.
- 614 Decreto n. 41.049, de 26 de julho de 1996**  
Regulamenta a Lei n. 9.358, de 13 de junho de 1996, que autoriza o Poder Executivo a implantar Programa de Restrição à Circulação de Veículos Automotores na Região Metropolitana de São Paulo.
- 619 Decreto n. 41.165, de 20 de setembro de 1996**  
Dispõe sobre a realização de despesas com convênios, contratos de serviços e de obras e compras, no âmbito da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Empresas do Estado.

- 620 **Lei n. 9.398, de 18 de novembro de 1996**  
Altera a Lei n. 7.857, de 22 de maio de 1992.
- 621 **Decreto n. 41.456, de 18 de dezembro de 1996**  
Cria o Grupo Executivo para Redução de Acidentes no Estado de São Paulo – GERAT/SP.
- 622 **Resolução STM n. 479, de 31 de dezembro de 1996**  
Credencia empregados da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A. – EMTU/SP para as funções de agentes fiscais.
- 623 **Portaria SUP/DER n. 10, de 15 de janeiro de 1997**  
Estabelece parâmetros para fixação de tarifas nos serviços de transporte coletivo intermunicipais que interferem com os municipais e/ou metropolitanos.
- 623 **Despacho do Governador, de 27 de fevereiro de 1997**  
Aprova celebração de convênio entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, para execução do Projeto Leste.
- 624 **Lei n. 9.501, de 11 de março de 1997**  
Institui a Semana Educativa do Trânsito em Estabelecimento de Ensino.
- 625 **Decreto n. 41.659, de 25 de março de 1997**  
Dispõe sobre a aplicação, na Região Metropolitana da Baixada Santista, da legislação regulamentadora do transporte coletivo de passageiros, por ônibus, da Região Metropolitana da Grande São Paulo, e dá providências correlatas.
- 626 **Resolução ST n. 8, de 31 de março de 1997**  
Dispõe sobre a padronização dos processos eletrônicos destinados à arrecadação automática de tarifas de pedágio no Estado de São Paulo, e dá outras providências.
- 627 **Resolução STM n. 493, de 23 de abril de 1997**  
Estende para a Região Metropolitana da Baixada Santista a aplicabilidade das normas que, na Região Metropolitana de São Paulo, disciplinam o transporte de passageiros de ônibus.
- 629 **Lei n. 9.690, de 2 de junho de 1997**  
Autoriza o Poder Executivo a implantar Programa de Restrição à Circulação de Veículos Automotores na Região Metropolitana da Grande São Paulo, e dá providências correlatas.
- 631 **Decreto n. 41.858, de 12 de junho de 1997**  
Regulamenta a Lei n. 9.690, de 2 de junho de 1997, que autoriza o Poder Executivo a implantar Programa de Restrição à Circulação de Veículos Automotores na Região Metropolitana da Grande São Paulo, nos anos de 1997 e 1998, e dá providências correlatas.

**SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

- 644 **Lei n. 6.988, de 26 de dezembro de 1966**  
Autoriza a constituição da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, e dá outras providências.
- 645 **Decreto n. 7.489, de 24 de maio de 1968**  
Determina ao DAMU, a lavratura de termo de transferência de atribuições, direitos e obrigações, da administração direta para a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.
- 646 **Lei n. 7.901, de 14 de maio de 1973**  
Autoriza o Executivo a prestar garantias a empréstimos e financiamentos da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, e dá outras providências.
- 647 **Lei n. 8.075, de 26 de junho de 1974**  
Dispõe sobre concessão do serviço de transporte metroviário, e dá outras providências.
- 648 **Decreto n. 11.276, de 30 de agosto de 1974**  
Dispõe as condições da prestação do serviço atribuído à Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, na forma do artigo 1º da Lei n. 8.075, de 26 de junho de 1974.
- 655 **Lei n. 8.118, de 11 de setembro de 1974**  
Concede isenção de impostos a Empresas de Administração Indireta da Prefeitura do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- 655 **Decreto n. 11.309, de 12 de setembro de 1974**  
Autoriza o início dos serviços de transporte metroviário, pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e fixa a respectiva tarifa.
- 656 **Lei n. 8.242, de 5 de maio de 1975**  
Estabelece obrigações para os representantes da Fazenda Municipal nas sociedades em que o Município participe como acionista majoritário, e dá outras providências.
- 657 **Lei n. 8.248, de 7 de maio de 1975**  
Dispõe sobre obras, compras e alienações da Administração Centralizada e Autárquica do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- 673 **Decreto n. 11.979, de 8 de maio de 1975**  
Dispõe sobre isenção de impostos municipais incidentes sobre o patrimônio e os serviços da Companhia de Gás de São Paulo, Empresa Municipal de Urbanização, Companhia do Metropolitano de São Paulo, Companhia Metropolitana de Habitação, e da Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- 674 **Decreto n. 12.051, de 24 de junho de 1975**  
Regulamenta o disposto na Lei n. 8.242, de 5 de maio de 1975, que estabelece obrigações para os representantes da Fazenda Municipal nas sociedades em que o Município participe como acionista majoritário.
- 675 **Decreto n. 12.068, de 7 de julho de 1975**  
Autoriza a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e a Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC a executarem o serviço de transporte coletivo integrado, e dá outras providências.
- 676 **Resolução TCM n. 2, de 22 de outubro de 1975**  
Aprova a fiscalização das entidades a que se refere a Lei Federal n. 6.223, de 14 de julho de 1975.

- 678 **Lei n. 8.329, de 3 de dezembro de 1975**  
Autoriza a transformação da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ em sociedade anônima de capital autorizado, e dá outras providências.
- 679 **Decreto n. 12.487, de 23 de dezembro de 1975**  
Dá nova redação ao artigo 35 do Decreto n. 11.276, de 30 de agosto de 1974.
- 679 **Decreto n. 12.772, de 26 de março de 1976**  
Autoriza a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ a vender bilhetes múltiplos e fixa-lhes os respectivos preços.
- 679 **Portaria n. 40, de 12 de abril de 1976**  
Declara encerradas as fases transitórias da operação da linha Norte-Sul do Metrô.
- 680 **Portaria SMT n. 36, de 26 de junho de 1976**  
Aprova o Regulamento de Operação e Administração de Estações Terminais de Ônibus do Metrô.
- 681 **Lei n. 8.424, de 18 de agosto de 1976**  
Autoriza a celebração de novo contrato de concessão com a Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC, e dá outras providências.
- 683 **Decreto n. 14.249, de 7 de janeiro de 1977**  
Dispõe sobre venda de Bilhetes de Integração Ida e Volta pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.
- 683 **Decreto n. 14.277, de 21 de janeiro de 1977**  
Cria o Terminal Intermunicipal do Jabaquara, e dá outras providências.
- 684 **Decreto n. 14.496, de 11 de abril de 1977**  
Dá nova redação ao *caput* do artigo 5º do Decreto n. 11.276, de 30 de agosto de 1974.
- 685 **Decreto n. 14.511, de 27 de abril de 1977**  
Fixa a data de início de operações, estabelece preço de utilização do Terminal Intermunicipal do Jabaquara, e dá outras providências.
- 685 **Portaria SMT n. 63, de 30 de abril de 1977**  
Aprova o Regulamento do Terminal Intermunicipal do Jabaquara, e os seus anexos.
- 695 **Lei n. 8.579, de 7 de junho de 1977**  
Estabelece normas para a execução do disposto no parágrafo único do artigo 9º da Lei n. 8.424, de 18 de agosto de 1976, e dá outras providências.
- 697 **Portaria SMT n. 144, de 30 de agosto de 1977**  
Fixa a quota de remuneração da CMTC, e das empresas permissionárias, incluídas no sistema de transporte integrado ônibus-metrô.
- 697 **Lei n. 8.684, de 14 de março de 1978**  
Acrescenta alíneas ao artigo 4º da Lei n. 6.988, de 26 de dezembro de 1966.
- 697 **Decreto n. 15.012, de 7 de abril de 1978**  
Aprova o RTTS – Regulamento de Transporte, Tráfego e Segurança da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.
- 707 **Lei n. 8.747, de 27 de junho de 1978**  
Autoriza aumento do capital social da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, subscrição e integralização do aumento mediante incorporação de áreas municipais, e dá outras providências.
- 707 **Decreto n. 15.322, de 20 de setembro de 1978**  
Cria o Terminal Interestadual do Glicério, e dá outras providências.
- 708 **Decreto n. 15.335, de 21 de setembro de 1978**  
Fixa data de início de operações, estabelece preço de utilização do Terminal Interestadual do Glicério, e dá outras providências.

- 709 Portaria SMT n. 145, de 1º de novembro de 1978**  
Dá nova redação ao § 2º do artigo 28 do Regulamento do Terminal Intermunicipal do Jabaquara, aprovado pela Portaria SMT n. 63, de 30 de abril de 1977.
- 710 Decreto n. 15.453, de 9 de novembro de 1978**  
Confere denominações a estações do Metrô, nas linhas Norte-Sul e no trecho da Leste-Oeste.
- 711 Portaria SMT n. 150, de 18 de novembro de 1978**  
Aprova o Regulamento do Terminal Interestadual do Glicério – TIG, e seus anexos.
- 731 Lei n. 8.830, de 12 de dezembro de 1978**  
Dispõe sobre o controle acionário da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, e dá outras providências.
- 733 Decreto n. 17.261, de 9 de abril de 1981**  
Dispõe sobre reserva de assento, em ônibus e trolebus destinado ao uso preferencial de pessoas portadoras de deficiências físicas, e dá outras providências.
- 733 Decreto n. 17.288, de 24 de abril de 1981**  
Cria o Terminal Rodoviário Tietê, e dá outras providências.
- 735 Portaria SMT n. 182, de 21 de maio de 1982**  
Aprova o Regulamento Geral de Terminais Rodoviários da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, e dá outras providências.
- 746 Resolução CODEVIN n. 12, de 13 de janeiro de 1983**  
Institui e aprova o seu Regimento Interno.
- 749 Portaria n. 284, de 10 de agosto de 1983**  
Determina à Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA a adoção de medidas destinadas a diminuir os acidentes de trânsito.
- 749 Portaria n. 285, de 10 de agosto de 1983**  
Determina à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT a promoção de campanhas de redução de acidentes de trânsito.
- 750 Portaria n. 288, de 10 de agosto de 1983**  
Determina à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT a implantação de um sistema de informações atualizadas sobre danos na pavimentação da rede viária utilizada pelas linhas de ônibus principais.
- 750 Decreto n. 19.095, de 11 de outubro de 1983**  
Institui o Programa de Integração dos Serviços de Transporte Ônibus-Ferrovia, e dá outras providências.
- 751 Lei n. 9.651, de 24 de novembro de 1983**  
Autoriza a concessão de isenção do pagamento de tarifa, nos ônibus da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC, às pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, e dá outras providências.
- 751 Decreto n. 19.386, de 22 de dezembro de 1983**  
Regulamenta a Lei n. 9.651, de 24 de novembro de 1983, estabelecendo o procedimento para isentar de pagamento de tarifa nos ônibus da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC, as pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, e dá outras providências.
- 752 Portaria SMT n. 361, de 23 de dezembro de 1983**  
Estende o direito do transporte gratuito de pessoas acima de 65 anos, também nos ônibus das empresas contratadas pela CMTC.
- 752 Lei n. 9.699, de 7 de março de 1984**  
Dispõe sobre inscrições na parte externa dos veículos de transporte coletivo.

- 753 **Decreto n. 19.795, de 18 de junho de 1984**  
Regulamenta a Lei n. 9.699, de 7 de março de 1984, que dispõe sobre inscrição na parte externa dos veículos de transporte coletivo.
- 753 **Lei n. 9.939, de 16 de julho de 1985**  
Autoriza a concessão de isenção de pagamento de tarifa de ônibus da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC, aos integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
- 754 **Decreto n. 21.433, de 10 de outubro de 1985**  
Regulamenta a Lei n. 9.939, de 16 de julho de 1985, que autorizou a concessão de isenção de pagamento de tarifa de ônibus da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC, aos integrantes da Polícia Militar do Estado, e dá outras providências.
- 754 **Lei n. 9.977, de 11 de outubro de 1985**  
Institui o sistema auxiliar de fiscalização do transporte coletivo no Município de São Paulo.
- 755 **Lei n. 10.012, de 13 de dezembro de 1985**  
Dispõe sobre assentos reservados para uso por gestantes, mulheres portando bebês ou crianças de colo, idosos e deficientes físicos nos veículos de transporte coletivo de passageiros.
- 755 **Lei n. 10.039, de 8 de janeiro de 1986**  
Dispõe sobre sistema de informações ao público, referente aos ônibus da Capital de São Paulo.
- 756 **Decreto n. 22.214, de 15 de maio de 1986**  
Dispõe sobre a implantação do Vale-Transporte para o sistema municipal de transportes coletivos no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- 756 **Decreto n. 22.295, de 10 de junho de 1986**  
Dispõe sobre a fixação de remuneração por viagem das empresas incluídas no Sistema de Transporte Integrado Metrô-Ônibus.
- 757 **Decreto n. 22.296, de 11 de junho de 1986**  
Regulamenta o uso das linhas municipais de ônibus, pela Guarda Civil Metropolitana.
- 757 **Decreto n. 22.553, de 6 de agosto de 1986**  
Revoga o Decreto n. 21.534, de 29 de outubro de 1985.
- 758 **Lei n. 10.154, de 7 de outubro de 1986**  
Dispõe sobre o transporte coletivo de escolares no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- 758 **Decreto n. 23.123, de 25 de novembro de 1986**  
Regulamenta a Lei n. 10.154, de 7 de outubro de 1986, que dispõe sobre o transporte coletivo de escolares no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- 760 **Lei n. 10.211, de 11 de dezembro de 1986**  
Altera a redação dos artigos 18 e 38 da Lei n. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.
- 761 **Decreto n. 23.182, de 12 de dezembro de 1986**  
Introduz alterações no Decreto n. 14.629, de 22 de julho de 1977.
- 762 **Portaria n. 717, de 23 de dezembro de 1986**  
Cria o Programa de Ampliação e Renovação da frota de ônibus das empresas permissionárias de transporte coletivo da Capital de São Paulo.
- 764 **Decreto n. 23.404, de 9 de fevereiro de 1987**  
Regulamenta os artigos 6º e 7º da Lei n. 8.658, de 14 de dezembro de 1977,

- fixando normas para aprovação de projetos destinados à implantação de equipamentos nas vias e logradouros públicos do Município, e dá outras providências.
- 765 Decreto n. 23.655, de 31 de março de 1987**  
Altera a Tabela de Remuneração referente à operação e fiscalização, conforme Decreto n. 23.182, de 12 de dezembro de 1986.
- 767 Decreto n. 23.678, de 6 de abril de 1987**  
Permite à Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC promover exploração econômica de publicidade em abrigos de ônibus, pontos de paradas, terminais e demais equipamentos públicos por ela administrados, e dá outras providências.
- 767 Lei n. 10.305, de 14 de abril de 1987**  
Autoriza a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, a promover a instalação de equipamentos urbanos destinados à melhoria das condições de trânsito e tráfego, com inserção de publicidade, nos logradouros públicos, e dá outras providências.
- 768 Decreto n. 23.747, de 22 de abril de 1987**  
Prorroga o prazo a que se refere o artigo 13 do Decreto n. 23.123, de 25 de novembro de 1986.
- 769 Decreto n. 24.270, de 27 de julho de 1987**  
Institui Terminais de Transferência de passageiros entre linhas de ônibus, aprova o novo Regulamento para sua administração e operação, e dá outras providências.
- 776 Decreto n. 24.497, de 31 de agosto de 1987**  
Regulamenta a Lei n. 10.305, de 14 de abril de 1987, que autoriza a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, a promover a instalação de equipamentos urbanos destinados à melhoria das condições de trânsito e tráfego, com inserção de publicidade, nos logradouros públicos.
- 777 Lei n. 10.379, de 28 de outubro de 1987**  
Acrescenta alíneas aos artigos 18 e 38 da Lei n. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.
- 778 Decreto n. 24.999, de 23 de novembro de 1987**  
Dispõe sobre a implantação de Vale-Transporte para o sistema municipal de transportes coletivos no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- 779 Decreto n. 25.054, de 25 de novembro de 1987**  
Autoriza a criação do Terminal Rodoviário Bresser e sua operação, a partir de 15 de dezembro de 1987, pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.
- 780 Portaria SMT n. 152, de 23 de dezembro de 1987**  
Altera o inciso V da Portaria SMT n. 360, de 22 de dezembro de 1983.
- 780 Decreto n. 25.294, de 22 de janeiro de 1988**  
Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto n. 25.054, de 25 de novembro de 1987.
- 781 Lei n. 10.431, de 29 de fevereiro de 1988**  
Institui o Vale-Transporte para os servidores públicos municipais, e dá outras providências.
- 782 Decreto n. 25.747, de 15 de abril de 1988**  
Acrescenta parágrafo único ao artigo 3º do Decreto n. 21.433, de 10 de outubro de 1985, e dá outras providências.
- 783 Decreto n. 27.221, de 27 de outubro de 1988**  
Suspende, temporariamente o pagamento da remuneração referente à operação e fiscalização, conforme estabelecido no Decreto n. 23.182, de 12 de dezembro de 1986.
- 783 Decreto n. 27.223, de 28 de outubro de 1988**  
Autoriza a criação do Terminal Rodoviário Barra Funda e sua operação, a partir de 5 de novembro de 1988, pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, e dá outras providências.

- 784 **Lei n. 10.676, de 7 de novembro de 1988**  
Aprova o Plano-Diretor, institui o Sistema de Planejamento do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- 824 **Decreto n. 27.901, de 24 de julho de 1989**  
Dispõe sobre a implantação do Vale-Transporte para servidores municipais, e dá outras providências.
- 826 **Decreto n. 27.924, de 28 de julho de 1989**  
Cria o Conselho Municipal de Tarifas – COMTAR, e dá outras providências.
- 828 **Decreto n. 27.951, de 4 de agosto de 1989**  
Altera dispositivos e o Anexo I do Decreto n. 27.901, de 24 de julho de 1989, que dispõe sobre a implantação do Vale-Transporte para servidores municipais.
- 830 **Lei n. 10.744, de 31 de agosto de 1989**  
Disciplina a frequência e os horários das viagens da CMTC e suas permissionárias.
- 830 **Portaria SMT n. 129, de 2 de setembro de 1989**  
Autoriza a CMTC a emitir e controlar as carteiras para transporte gratuito das pessoas acima de 65 anos.
- 831 **Decreto n. 28.038, de 4 de setembro de 1989**  
Permite à Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC, promover, no Município de São Paulo, a exploração econômica de publicidade no verso dos bilhetes de passes comuns e escolares e de Vale-Transporte, e dá outras providências.
- 832 **Lei n. 10.776, de 22 de novembro de 1989**  
Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a proceder a pintura de faixas, no solo, de forma vertical, nas paradas de ônibus.
- 832 **Lei n. 10.815, de 28 de dezembro de 1989**  
Revoga isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências.
- 833 **Lei n. 10.832, de 4 de janeiro de 1990**  
Determina tratamento prioritário a pessoas portadoras de deficiência física.
- 834 **Portaria Intersecretarial SAR/SMT n. 1, de 31 de janeiro de 1990**  
Regulamenta a implantação de dispositivos redutores de velocidade, em vias do Município de São Paulo.
- 834 **Lei n. 10.839, de 20 de fevereiro de 1990**  
Dá nova redação ao artigo 12 da Lei n. 8.424, de 18 de agosto de 1976, e dá outras providências.
- 835 **Decreto n. 28.570, de 28 de fevereiro de 1990**  
Dispõe sobre o serviço de transporte de passageiros através de lotação, e dá outras providências.
- 836 **Decreto n. 28.583, de 7 de março de 1990**  
Regulamenta o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 12 da Lei n. 8.424, de 18 de agosto de 1976, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei n. 10.839, de 20 de fevereiro de 1990.
- 836 **Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990**  
Excertos das disposições relativas a Transportes Urbanos de Passageiros.
- 839 **Lei n. 10.854, de 22 de junho de 1990**  
Autoriza o Executivo a conceder aos desempregados redução da tarifa no transporte coletivo por ônibus, e dá outras providências.
- 840 **Decreto n. 28.813, de 2 de julho de 1990**  
Regulamenta a Lei n. 10.854, de 22 de junho de 1990, que autoriza o Executivo a

- conceder, aos desempregados, redução da tarifa no transporte coletivo por ônibus, e dá outras providências.
- 841 Comunicado SEBES n. 21, de 24 de julho de 1990**  
Estabelece os procedimentos a serem adotados pelos Sindicatos e pela população desempregada para a obtenção de redução da tarifa de transporte coletivo nos termos do Decreto n. 28.813, de 2 de julho de 1990.
- 842 Decreto n. 29.470, de 10 de janeiro de 1991**  
Dispõe sobre a cobrança da remuneração para gestão da operação dos serviços de transporte coletivo e sua fiscalização, conforme estabelecido no Decreto n. 14.629, de 22 de julho de 1977, com a redação dada pelo Decreto n. 23.182, de 12 de dezembro de 1986.
- 843 Lei n. 10.950, de 24 de janeiro de 1991**  
Dispõe sobre o uso do gás natural como combustível dos ônibus urbanos, e dá outras providências.
- 844 Decreto n. 29.709, de 29 de abril de 1991**  
Dispõe sobre o acesso das pessoas maiores de sessenta e cinco anos nos coletivos, nos termos do disposto no artigo 230, § 2º, da Constituição Federal.
- 844 Decreto n. 29.727, de 7 de maio de 1991**  
Estabelece novos critérios a serem adotados para cobrança da remuneração para gestão da operação dos serviços de transporte coletivo e sua fiscalização, e dá outras providências.
- 846 Decreto n. 29.854, de 24 de junho de 1991**  
Institui a Modalidade Especial para o Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus no Município de São Paulo, disciplina sua contratação pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC, e dá outras providências.
- 850 Lei n. 10.990, de 13 de junho de 1991**  
Dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 10.854, de 22 de junho de 1990.
- 851 Lei n. 11.022, de 2 de julho de 1991**  
Dispõe sobre a instalação de postos de venda de Vale-Transporte e Passes de Ônibus Comuns e Escolares, nas Administrações Regionais.
- 851 Lei n. 11.037, de 25 de julho de 1991**  
Dispõe sobre o Sistema Municipal de Transportes Urbanos, e dá outras providências.
- 858 Decreto n. 29.945, de 25 de julho de 1991**  
Regulamenta a Lei n. 11.037, de 25 de julho de 1991, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transportes Urbanos, e dá outras providências.
- 863 Decreto n. 29.960, de 30 de julho de 1991**  
Regulamenta o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 12 da Lei n. 8.424, de 18 de agosto de 1976, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei n. 10.839, de 20 de fevereiro de 1990.
- 864 Lei n. 11.089, de 11 de setembro de 1991**  
Dá nova redação aos §§ 2º e 3º, do artigo 12, da Lei n. 8.424, de 18 de agosto de 1976, com redação dada pela Lei n. 10.839, de 20 de fevereiro de 1990.
- 864 Decreto n. 31.280, de 27 de fevereiro de 1992**  
Dispõe sobre a cobrança da remuneração para gestão e fiscalização da operação de Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus, no Município de São Paulo, na Modalidade Especial, instituída pelo Decreto n. 29.854, de 24 de junho de 1991, e dá outras providências.
- 865 Lei n. 11.216, de 20 de maio de 1992**  
Dispõe sobre o ingresso de gestantes em veículos de transporte coletivo no Município, cria o passe-gestante, e dá outras providências.

- 865 **Decreto n. 31.903, de 17 de julho de 1992**  
Regulamenta a Lei n. 11.216, de 20 de maio de 1992, que dispõe sobre o ingresso de gestantes nos veículos de transporte coletivo de passageiros no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- 866 **Portaria SMT n. 172, de 29 de agosto de 1992**  
Expede o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM aplicável às operadoras de transporte coletivo de passageiros por ônibus.
- 876 **Decreto n. 32.223, de 14 de setembro de 1992**  
Institui, no Sistema de Transporte Individual de Passageiros, por veículos de aluguel providos de taxímetro, a categoria Perua-Rádio-Táxi, e dá outras providências.
- 877 **Decreto n. 32.331, de 24 de setembro de 1992**  
Dispõe sobre a redução de tarifa nos transportes coletivos por ônibus, aos trabalhadores desempregados, conforme autorização conferida pela Lei n. 10.854, de 22 de junho de 1990, e dá outras providências.
- 878 **Lei n. 11.250, de 1º de outubro de 1992**  
Dispõe sobre a isenção de tarifa no sistema de transporte coletivo do Município ao deficientes físicos e mentais, e dá outras providências.
- 879 **Lei n. 11.257, de 7 de outubro de 1992**  
Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a implantar o serviço de Rádio-Perua, destinado ao atendimento das pessoas portadoras de deficiência física.
- 880 **Lei n. 11.381, de 17 de junho de 1993**  
Autoriza o Executivo Municipal a conceder a isenção do pagamento da tarifa nas linhas urbanas de ônibus às mulheres com mais de sessenta anos de idade.
- 880 **Portaria SMT n. 140, de 1º de julho de 1993**  
Estabelece, até a regulamentação definitiva da Lei n. 11.250/92, os procedimentos para a isenção do pagamento de tarifas aos portadores de deficiência física ou mental.
- 881 **Decreto n. 33.593, de 12 de agosto de 1993**  
Cria, no Sistema Municipal de Transportes Urbanos do Município de São Paulo, a Modalidade Complementar, denominada Bairro a Bairro, e dá outras providências.
- 883 **Lei n. 11.487, de 11 de março de 1994**  
Dispõe sobre a aplicação de multa a empresas de ônibus cujos motoristas desrespeitem os direitos das pessoas portadoras do passe do idoso, e dá outras providências.
- 884 **Portaria SMT n. 157, de 31 de março de 1994**  
Regulamenta a expedição do Certificado de Registro Municipal para os Serviços de Transportes de Escolares.
- 886 **Lei n. 11.502, de 13 de abril de 1994**  
Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de seguro de responsabilidade civil (danos materiais) dos proprietários de veículos usados no transporte coletivo de passageiros no Município de São Paulo.
- 886 **Lei n. 11.506, de 13 de abril de 1994**  
Dispõe sobre a criação de vagas especiais para estacionamento de veículos dirigidos por pessoas deficientes ou conduzindo-as nas vias públicas municipais, e dá outras providências.
- 887 **Decreto n. 34.321, de 7 de julho de 1994**  
Regulamenta a Lei n. 11.381, de 17 de junho de 1993, que autoriza o Executivo a conceder isenção do pagamento de tarifas nas linhas urbanas de ônibus.
- 887 **Lei n. 11.602, de 12 de julho de 1994**  
Autoriza o Executivo a adaptar pelo menos um veículo às necessidades das pessoas deficientes físicas em todas as linhas de ônibus da Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

- 888 **Lei n. 11.655, de 18 de outubro de 1994**  
Dispõe sobre a isenção de pagamento de passagem no transporte coletivo urbano de ônibus às mulheres com mais de 60 (sessenta) anos de idade.
- 888 **Lei n. 11.656, de 18 de outubro de 1994**  
Dispõe sobre a obrigatoriedade de demarcação, pelos postos de serviços e de abastecimento de combustíveis, de faixa para passagens de pedestres nas calçadas.
- 889 **Convênio de 7 de dezembro de 1994 entre o Estado e o Município de São Paulo constituindo a Comissão Regional do Planejamento de Transportes – CRPT, para compatibilização dos planos, projetos e programas de transporte público e de tráfego metropolitanos.**
- 893 **Portaria SMT n. 283, de 27 de dezembro de 1994**  
Dispõe sobre a padronização de bilhete para utilização no Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo.
- 894 **Lei n. 11.733, de 27 de março de 1995**  
Dispõe sobre a criação do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso, e dá outras providências.
- 895 **Decreto n. 35.121, de 12 de maio de 1995**  
Institui o Programa Plurianual de Qualidade do Transporte, no âmbito do transporte coletivo do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- 896 **Lei n. 11.805, de 19 de junho de 1995**  
Dispõe sobre a criação de terminal rodoviário destinado exclusivamente a excursões de turismo, nacionais e internacionais, e dá outras providências.
- 896 **Portaria SMT n. 117, de 27 de junho de 1995**  
Determina a adoção de providências imediatas, pela São Paulo Transporte S/A. para automatizar a cobrança de tarifas por meios eletrônicos, no sistema municipal de transportes coletivos.
- 897 **Lei n. 11.840, de 28 de junho de 1995**  
Institui a carteira especial para obesos no âmbito do Município de São Paulo.
- 898 **Decreto n. 35.250, de 28 de junho de 1995**  
Regulamenta a Lei n. 11.656, de 18 de outubro de 1994, que dispõe sobre a obrigatoriedade de demarcação, pelos postos de serviços e abastecimento de combustíveis, de faixa para passagem de pedestres nas calçadas, e dá outras providências.
- 899 **Lei n. 11.851, de 10 de julho de 1995**  
Dispõe sobre a instituição do Fundo Municipal do Sistema dos Corredores Segregados Exclusivos para o Tráfego de Ônibus – FUNCOR, e dá outras providências.
- 900 **Decreto n. 35.408, de 18 de agosto de 1995**  
Concede prazo para a demarcação de faixas para passagem de pedestres nas calçadas dos postos de serviços e de abastecimento de combustíveis.
- 901 **Portaria SMT n. 228, de 15 de setembro de 1995**  
Dá nova redação, revogando as disposições contidas na Portaria SMT n. 17, de 12 de janeiro de 1994.
- 903 **Decreto n. 35.512, de 20 de setembro de 1995**  
Regulamenta a Lei n. 11.840, de 28 de junho de 1995, e dá outras providências.
- 903 **Lei n. 11.887, de 21 de setembro de 1995**  
Proíbe o emprego de veículos de tração animal, a condução de animais com carga e o trânsito montado nas áreas do Município de São Paulo e nas situações que determina, e dá outras providências.

- 905 **Lei n. 11.894, de 17 de outubro de 1995**  
Dispõe sobre a sinalização das ondulações transversais às vias públicas (lombadas).
- 905 **Portaria SMT n. 332, de 30 de dezembro de 1995**  
Determina a obrigatoriedade da aceitação dos bilhetes (passes, Vales-Transporte e assemelhados) emitidos pela SPTrans, pelos prestadores de serviços de lotação no âmbito do Município de São Paulo.
- 906 **Lei n. 11.992, de 16 de janeiro de 1996**  
Dispensa a parada dos ônibus urbanos nos pontos normais para desembarque de portadores de deficiência física.
- 907 **Portaria SMT n. 22, de 20 de janeiro de 1996**  
Atribui à SPTrans competência para fiscalização e vistoria de veículos providos de taxímetro de lotação, perua escolar e de transporte de carga a frete.
- 907 **Decreto n. 35.860, de 6 de fevereiro de 1996**  
Regulamenta a Lei n. 11.005, de 18 de junho de 1991, e dá outras providências.
- 910 **Decreto n. 35.861, de 7 de fevereiro de 1996**  
Delimita e caracteriza áreas para outorga de concessão administrativa de serviço de estacionamento de veículos no sistema de garagens subterrâneas, e dá outras providências.
- 911 **Decreto n. 35.862, de 7 de fevereiro de 1996**  
Delimita e caracteriza áreas para outorga de concessão administrativa de serviço de estacionamento de veículos no sistema de garagens subterrâneas, e dá outras providências.
- 912 **Decreto n. 35.863, de 7 de fevereiro de 1996**  
Delimita e caracteriza áreas para outorga de concessão administrativa de serviço de estacionamento de veículos no sistema de garagens subterrâneas, e dá outras providências.
- 913 **Decreto n. 35.864, de 7 de fevereiro de 1996**  
Delimita e caracteriza áreas para outorga de concessão administrativa de serviço de estacionamento de veículos no sistema de garagens subterrâneas, e dá outras providências.
- 914 **Decreto n. 35.947, de 13 de março de 1996**  
Disciplina a categoria comum – rádio no Sistema de Transporte Individual de passageiros por táxis, e dá outras providências.
- 916 **Portaria SMT n. 87, de 13 de abril de 1996**  
Aprova o Manual de Identidade Visual dos Ônibus Urbanos da Cidade de São Paulo.
- 934 **Lei n. 12.044, de 17 de abril de 1996**  
Institui, no âmbito do Município de São Paulo, a Semana da Bicicleta, e dá outras providências.
- 934 **Decreto n. 36.071, de 9 de maio de 1996**  
Institui, no Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de São Paulo, Modalidade Comum, serviço destinado a atender pessoas com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- 936 **Decreto n. 36.072, de 9 de maio de 1996**  
Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, e dá outras providências.
- 937 **Decreto n. 36.073, de 9 de maio de 1996**  
Dispõe sobre a reserva de vaga nos estacionamentos rotativos pagos, tipo Zona Azul, para veículos dirigidos ou conduzindo pessoas portadoras de deficiência ambulatorial, e dá outras providências.

- 937 **Lei n. 12.076, de 13 de junho de 1996**  
Dispõe sobre a emissão de Vales-Transporte sem valor facial, e dá outras providências.
- 938 **Portaria SMT n. 153, de 13 de junho de 1996**  
Determina à SPTrans a elaboração do Manual dos Padrões Técnicos de Veículos.
- 939 **Lei n. 12.081, de 13 de junho de 1996**  
Dispõe sobre a colocação de mapa da região de vizinhança nas dependências dos postos de gasolina da Cidade de São Paulo.
- 939 **Lei n. 12.117, de 28 de junho de 1996**  
Dispõe sobre o rebaixamento de guias e sarjetas para possibilitar a travessia de pedestres portadores de deficiências físicas.
- 940 **Lei n. 12.140, de 5 de julho de 1996**  
Acrescenta artigo e altera a redação, introduzindo parágrafos, do artigo 1º da Lei n. 10.950, de 24 de janeiro de 1991.
- 941 **Portaria SMT n. 182, de 11 de julho de 1996**  
Regulamenta a prestação de serviços de transporte de passageiros através de lotação.
- 944 **Lei n. 12.153, de 29 de julho de 1996**  
Disciplina a realização de manifestações públicas que prejudiquem a livre circulação dos veículos automotores na Avenida Paulista.
- 945 **Lei n. 12.156, de 1º de agosto de 1996**  
Regulamenta a exploração de sanitários públicos, em especial nos pontos iniciais e finais de ônibus, por empreendedores particulares.
- 945 **Decreto n. 36.296, de 7 de agosto de 1996**  
Regulamenta a Lei n. 12.140, de 5 de julho de 1996, e dá outras providências.
- 947 **Lei n. 12.157, de 9 de agosto de 1996**  
Introduz alterações no Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso, instituído pela Lei n. 11.733, de 27 de março de 1995, e dá outras providências.
- 948 **Decreto n. 36.305, de 13 de agosto de 1996**  
Regulamenta a Lei n. 11.733, de 27 de março de 1995, que dispõe sobre a criação do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso, alterada pela Lei n. 12.157, de 9 de agosto de 1996.
- 950 **Decreto n. 36.329, de 22 de agosto de 1996**  
Regulamenta a Lei n. 12.153, de 29 de julho de 1996, que dispõe sobre a realização de manifestações públicas que prejudiquem a livre circulação dos veículos automotores na Avenida Paulista, e dá outras providências.
- 951 **Decreto n. 36.430, de 4 de outubro de 1996**  
Disciplina as condições para venda do Bilhete do Trabalhador, e dá outras providências.
- 951 **Portaria SMT n. 343, de 3 de dezembro de 1996**  
Expede o Regulamento de Infrações – RIL, a ser aplicado aos veículos e operadores cadastrados para a prestação de serviços de transporte de passageiros, através de lotação, sem taxímetro.
- 955 **Portaria DTP n. 82, de 15 de fevereiro de 1997**  
Dispõe sobre as normas de comunicação visual a serem cumpridas pelos veículos utilizados no serviço de lotação.
- 959 **Portaria DSV n. 9, de 12 de abril de 1997**  
Regulamenta a circulação de ônibus na Avenida Paulista.
- 959 **Lei n. 12.328, de 24 de abril de 1997**  
Cria, no Sistema Municipal de Transportes Urbanos de São Paulo, o Subsistema de

Transporte Coletivo de Passageiros de Média Capacidade, autoriza a Administração do Município a contratar, pelo regime de concessão, a prestação e a exploração dos serviços do subsistema instituído, e dá outras providências.

- 968 **Decreto n. 36.885, de 28 de maio de 1997**  
Regulamenta a Lei n. 11.851, de 10 de julho de 1995, que instituiu o Fundo Municipal do Sistema dos Corredores Segregados Exclusivos para o Tráfego de Ônibus – FUNCOR, e dá outras providências.
- 971 **Lei n. 12.349, de 6 de junho de 1997**  
Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências.
- 981 **Lei n. 12.350, de 6 de junho de 1997**  
Concede incentivo fiscal aos proprietários de imóveis ou aos patrocinadores das obras de recuperação externa e conservação de imóveis localizados na Área Especial de Intervenção, objeto do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo – PROCENTRO, ou outro equivalente que venha a ser implantado, e dá outras providências.
- 996 **Decreto n. 36.901, de 6 de junho de 1997**  
Dispõe sobre a criação da Comissão Especial de Valorização do Centro, e dá outras providências.
- 997 **Decreto n. 37.021, de 26 de agosto de 1997**  
Dispõe sobre as normas para implantação do Subsistema de Transporte Coletivo de Passageiros de Média Capacidade, de que trata o artigo 5º da Lei n. 12.328, de 24 de abril de 1997, e dá outras providências.
- 999 **Decreto n. 37.031, de 27 de agosto de 1997**  
Regulamenta a Lei n. 12.117 de 28 de junho de 1996, que dispõe sobre o rebaixamento de guias e sarjetas para possibilitar a travessia de pedestres portadores de deficiência.
- 1000 **Decreto Legislativo n. 114, de 21 de outubro de 1997**  
Susta em todos os termos o Decreto n. 28.570, de 28 de fevereiro de 1990.

## **SUMÁRIO DOS ATOS DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ**

- 1002 **Ata da Assembléia Geral de Constituição da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, realizada em 24 de abril de 1968.**
- 1008 **Resolução de Diretoria n. 466, de 9 de outubro de 1975**  
Aprova o Regulamento de Contratações da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.
- 1015 **Resolução de Diretoria n. 518, de 16 de novembro de 1977**  
Aprova o Regulamento do Uso das áreas e espaços, para comércio, propaganda e serviços nas dependências e propriedades da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, ou por ela administrados.